

Maria Dione C. de Moraes

Socióloga; M. Sc. Sociologia;
professora na UFPI, DCS/CCHL;
doutoranda em Ciências Sociais na
UNICAMP/IFCH.

De Camponês a Agricultor Familiar: Imagens do Campesinato, como Identidades na Ordem da Razão¹

Preliminares

Neste ensaio focalizo aspectos relativos ao processo de reconstrução de conceitos relacionando-os à reconstrução de identidades de populações agrárias brasileiras, compreendidas na literatura sócio-antropológica como campesinato e que vêm, crescentemente, sendo abordados como Agricultura Familiar. Nesse percurso cabe perguntar não apenas o que muda ou o que permanece mas, ainda, quais os significados teórico e empírico que tal aparente metamorfose deve comportar, a partir de contextos sócio-políticos específicos.

Como uma problemática teórica, apresento algumas questões – cujas respostas demandariam um programa de pesquisa – surgidas na tentativa de compreender tal reconstrução conceitual em sua relação, nesse nível, com uma teoria aberta de identidade². Num primeiro momento, resgato brevemente – e tal brevidade tem mais a ver com o caráter hipotético do ensaio do que com a complexidade da questão – a trajetória do conceito de campesinato e de sua utilização na literatura sócio-antropológica brasileira, centrando nas próprias transformações sofridas pelo conceito. Em seguida, levan-

tarei algumas questões em torno do conceito de Agricultura Familiar e sua relação com uma reconstrução identitária de populações camponesas no Brasil.

A Questão Teórica de Imagens do Campesinato como Identidades Racionalizadas

Por quê abordar o tema da conceituação das populações agrárias relacionando-o com uma teoria da identidade em termos contemporâneos? uma primeira resposta que me parece bem relacionada com esta questão, considerando que a

¹ Originalmente elaborado como trabalho de conclusão das disciplinas *História Social da Agricultura e Seminário de Teoria e Metodologia* (segmento: *Identidade, etnicidade e globalização*) do Doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, 1º semestre/96. Agradeço às leituras e comentários dos professores das citadas disciplinas, respectivamente: Profª Drª Maria Nazareth Baudel Wanderley e Prof. Dr. Guilherme Raul Ruben, assim como as contribuições dos colegas da disciplina *História Social da Agricultura* com os quais pude debater esse artigo em sala de aula. Posteriormente o revi para apresentação no PIPSA, no Grupo Agricultura Familiar, em Campina Grande, no período de 26 a 30/11/96.

² Sobre o percurso teórico da moderna teoria de identidade cf. Ruben (1988; 1992). Para pensar especificamente a questão no Brasil, cf. *ibid.* (1992).

referência é a presença de camponeses nas sociedades modernas, pode ser formulada da seguinte forma:

“A teoria da identidade – na sua expressão contemporânea – emerge da junção de dois fenômenos: o primeiro de ordem teórica e o segundo de ordem empírica. Este último (...) resulta da constatação da permanência de sociedades que, um quarto de século antes estavam condenadas ao desaparecimento. O fenômeno teórico que surge de maneira autônoma e até independente desta constatação empírica, é a *formulação de uma teoria do social inspirada nas próprias sociedades condenadas, enfatizando a permanência de dimensões significativas no interior de cada uma delas que as torna viáveis, únicas e que permitem a sua reprodução social*”. (Ruben, 1992. Grifos meus)

Neste ensaio, limito-me a situar a discussão do ponto de vista conceitual³ e sua relação com a moderna teoria da identidade. Dito de outra maneira, focalizo minha atenção não propriamente na construção da noção de identidade no seio das populações agrárias mas à dimensão denomino aqui de identidade racionalizada, lembrando a conclusão a que chega Lévy-Strauss, quando, em fins dos anos 70 afirma que identidade pode

ser muito mais um conceito da ordem da razão, que nos permite pensar a sociedade, que um conceito ontológico⁴. Nesse sentido e para o caso das populações agrárias no capitalismo, lembro, ainda, Lovisolo (1989: 39):

“Ao operar com segmentos da nossa cultura, a distância, fundamento do método, perde aquela “naturalidade” que prescinde de demonstração. O ponto de vista de um nuer ou de um habitante da cultura bali, etc. pode ser reconstituído na diferença com os pontos de vista do observador da cultura inglesa ou americana. Aqui, nos segmentos que nos ocupam, para se construir a diferença, deve-se *montar um ardil metodológico*”. (Grifos meus).

No entanto, na moderna teoria de identidade, persiste a importância da dimensão irreduzível, como herdeira da formulação clássica, ontológica:

“É preciso deixar claro que no interior da teoria da identidade esta dimensão que denominei marca não possui simplesmente um valor classificatório. no sentido de ser funcional como simples estratégia para uma classificação das sociedades humanas, embora algumas vezes seja assim considerada. Em outras palavras, esta marca não é

empregada dentro da teoria de referência como uma variável adicional para realizar uma sistemática da sociedade universal como as tecnologias da agricultura, da cerâmica ou da escrita, ou, ainda, as diversas formas de organização social e política, ou qualquer outra variável que o pensamento social contemporâneo emprega para classificar, hierarquizar e ordenar as sociedades humanas. Isto porque a *marca*, apesar de oscilações da teoria a esse respeito, foi sempre considerada como uma dimensão do real de todo e qualquer grupo humano” (Ruben, 1986: 80. Grifos do autor).

Na busca empírica dessa marca as noções que muitas vezes são gestadas, inclusive com a participação das instituições públicas⁵ são captadas pela análise onde são elaboradas como conceitos que, muitas vezes, passam a ser reincorporados pelos próprios sujeitos investigados. Ou seja, a análise acadêmica ao captar e racionalizar as ideologias, noções (dos próprios sujeitos sociais assim como aquelas produzidas por imagens institucionais) transformando-as em conceitos – construções por meio das quais se pretende dar conta do real – reincide, muitas vezes, na construção de identidades dessas categorias das quais ou para as quais está falando. O que dará substância àquela racionalização,



³ Ressalto aqui, sem travar uma discussão epistemológica a respeito, que não utilizo conceito como algo atemporal, mas no sentido argumentado por Thompson (1981) com referência em Sartre, sobre a natureza aproximada e provisória dos conceitos históricos, quanto à sua elasticidade e generalidade e quanto ao seu caráter de expectativas mais do que de regras. Cf., ainda, Shanin (1976).

⁴ Notas de aula do professor Guillermo Ruben, antropólogo do Departamento de Antropologia da UNICAMP/IFCH.

⁵ Nesse sentido, embora a autora não trate de campesinato, lembro a análise de Chiarini (1992), quando focaliza uma forte dimensão institucional na construção identitária dos grupos por ela investigados.

será o reconhecimento pelas próprias categorias sociais.

A utilização de determinados conceitos e categorias não é um procedimento arbitrário: exprime e traduz tanto perspectivas analíticas quanto construções diferenciadas do objeto remetendo, portanto, à busca e manutenção de espaços teóricos hegemônicos (Porto, 1994). Tais construções remetem ainda a momentos e conjunturas não propriamente teóricas, apenas, como também empíricas, como fatos sócio-políticos que se mesclam e muitas vezes encompassam as análises teóricas. Penso com Brandão (in: Paulino et al, 1984: 185) que:

“(...) categorias de sujeitos do mundo rural aos poucos emergem para as ciências sociais não apenas como uma “questão” (como em: a questão agrária no Brasil) e também não apenas como dados de processos (como em: as transformações da economia agrícola do estado de São Paulo), mas como uma cultura, uma presença que fala de si, uma fala que ascende a dado e pode, então, ser apreendida como um momento de uma ideologia”.

No sentido exposto, suponho a ocorrência de novos elementos no processo de reconstrução de identidades de populações agrárias no Brasil, no sentido de serem cada vez mais definidas como agricultura familiar ou produção familiar. Isto inspira-me algumas questões, como: quais os atributos heurísticos e políticos dessa reconstrução? A presença da marca ou da dimensão irreduzível é mais difusa ou há uma continuidade em relação às formulações anteriores? Estaríamos diante de “*um único conjunto teórico, acionado em contextos históricos diferentes*” (Ibid.: 84) ou de transformações substantivas em torno da construção de identidades cujas dimensões irreduzíveis mudam ou se descentralizam?

Buscando delinear tal problemática, resgatarei a seguir, de forma breve, a trajetória das análises do campesinato brasileiro, a partir do que pode ser considerada sua formulação original no Brasil dos anos 50, o passando pelas performances nas décadas seguintes até a concepção que dá ares de pretender se transformar numa nova síntese, a partir do final da década de 80.

Campesinato como Conceito Síntese: uma Macro-identidade Política?

A literatura sugere que campesinato como um conceito-síntese no Brasil, pode ser localizado na reflexão dos anos 50 sobre a questão agrária brasileira, quando “(...) não só o rural se constitui de forma mais sistemática como objeto teórico e empírico de estudos, mas se afirma, simultaneamente, enquanto problema político”, no seio de um importante debate sobre o caráter do desenvolvimento brasileiro⁶ (Porto, op. cit.: 77). Tendo tomado corpo a tese do caráter capitalista da sociedade e da agricultura brasileiras, o conceito que vai dar unidade à diversidade das populações agrárias não-patrimonialistas e nem proletárias, será o de camponês, que conquista hegemonia na análise destas populações, dando unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra e tomando corpo como uma identidade política, fundamental às lutas agrárias naquele contexto⁷.

Nos termos da moderna teoria

⁶ Lembro, sem o retomar, o debate teórico-político sobre as relações feudalismo X capitalismo e, como consequência, sobre a existência ou não de um campesinato brasileiro, sobre o seu papel e lugar, assim como sobre o lugar e o papel do operariado urbano, ou proletariado. Para maiores detalhes, cf. Palmeira (In: Paulino et al, op. cit.), quando resgata este debate desde os anos 20-30, mostrando como o campo intelectual vai-se constituindo em sua autonomia em relação ao poder e de como o debate floresce naquelas circunstâncias, transformando-se numa questão pública, política e não apenas intelectual.

⁷ Sobre a questão da identidade como um velho problema no pensamento social brasileiro a partir de autores como Capistrano de Abreu, Dante Moreira Leite, Roquete Pinto, Oliveira Viana, cf. Ruben (op. cit.). Cf. ainda Ortiz (1985) sobre a mediação dos intelectuais na construção da identidade nacional. No entanto, como observa Ruben (op. cit.: 89) embora as diferentes versões sobre a identidade nacional e a teoria geral da identidade – como teoria científica-regional do paradigma antropológico – estejam vinculadas, a questão de uma identidade nacional, tal como estes autores a têm tratado, relaciona-se apenas tangencialmente com a moderna teoria de identidade: “*enquanto esta última formula limites de conteúdo para demarcar universos sociais específicos, a primeira pretende a*

de identidade, qual seria a marca ou o irreduzível aí identificado (construído) pela análise? “(...) sobressai como elemento explicativo o fato de que, historicamente o acesso e o uso da terra constituem-se sobretudo, na forma de grande propriedade (então identificada como latifúndio). Ao campesinato nascente⁸ teria restado preencher os espaços “deixados” ou liberados por aquela” (Porto, op. cit.: 78).

Como marcas desta identidade, ressaltavam-se a marginalidade econômica, sócio-política (relações de poder caracterizadas pelo favor, pelo clientelismo, pelo compromisso moral) (Ibid.). A “identidade contrastiva” nos termos de Cardoso de Oliveira (1976) era, portanto, a de latifúndio, por sua vez, compreendido pela relação historicamente estabelecida com a acumulação da terra e de poder econômico e político desde o Brasil colonial, e cujo caráter de concentração fundiária e de poder persistiria no Brasil republicano, capitalista, industrial, moderno. Assim, tanto na dimensão político-social quanto na dimensão político-ideológica, o con-

ceito-síntese que traduzia a identidade que informava tanto as análises quanto as lutas políticas (vide Ligas camponesas) era o de camponês, em oposição ao de latifúndio.

Já na década de 60, como observa Cavalcanti (s.n.t.), ampliam-se as temáticas referentes ao rural: “o conceito de camponês que atingiu o ponto alto da moda sociológica, do final da década de 60 para o início da de 70, oferecendo a base para análise dos processos de organização e mudanças nas áreas rurais trouxe novos subsídios para a compreensão das unidades familiares de produção. (...) Nesses estudos relacionados a um padrão genérico de campesinato, divisam-se as seguintes categorias temáticas: diferenciação sócio-econômica; pauperização ou involução agrícola; farmerização/marginalização; coletivização/estatização e camponização (...)”.

Em largos traços, esse campesinato passa a ser analisado pelas ciências sociais no Brasil, basicamente por três grandes enfoques: um de cunho marxista, com ênfase

se no processo de proletarização e portanto com um olhar voltado menos para o campesinato e mais para o desenvolvimento do capitalismo no campo; um outro enfoque, inspirado no conceito redfieldiano de *part-society*, buscando focalizar o camponês em sua inserção na sociedade mais ampla e um terceiro resgatando a análise chayanoviana a partir de sua teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. Os dois últimos campos podem ser vistos como análises do campesinato, respectivamente, centradas na cultura camponesa e no cálculo econômico, caudatárias de uma tradição que incluía um resgate não só de Chayanov como ainda da teoria marxista do modo de produção camponês, com base em Tepicht e Galeski e a contribuição das análises ditas culturalistas, com base em Redfield, Wolf, Mendras, Shanin, entre outros⁹. Do ponto de vista de uma teoria da identidade, o que têm em comum esses dois últimos enfoques? tratar o campesinato como algo específico, seja como cultura ou como economia, buscando a partir ora de um, ora de outro desses aspectos, o irreduzível, a identidade



• • • • •
 • *formulação das condições de agregação e reprodução de toda e qualquer sociedade*”. Nesse sentido, o debate sobre campesinato na década de 50, estaria muito mais próximo ao campo de estudos de uma identidade nacional, que de uma teoria moderna de identidade que só viria a desenvolver-se no Brasil nas décadas seguintes.

• ⁸ Esta visão de um campesinato surgido da crise da *Plantation* foi superada por análises sobre a existência de um campesinato no Brasil colônia, resgatando os chamados *pobres livres do campo*, em importantes contribuições de uma historiografia brasileira mais contemporânea (Cf. Palácios (1993); Teixeira da Silva, (1991); Castro (1987); Franco (1974) ou de estudos sócio-antropológicos sobre um campesinato brasileiro anterior à crise da plantation (Cf. Forman (1979); Pereira de Queiróz (1973); Cândido (1964). Observe-se que nos termos da problemática deste ensaio, *pobres livres do campo* é uma denominação que supõe uma identidade positiva de um campesinato colonial que aparecia em obras clássicas como *desclassificados* (Prado Jr., apud. Palácios, op. cit.). *Pobres livres* definem ainda uma identidade contrastiva em relação a trabalho escravo.

• ⁹ Para uma abordagem mais detalhada destes aportes teóricos, cf. Abramovay (1992), Woortmann (1995) e Duque-Arrazola (1985)

Campesinato como Pequena Produção: de uma Macro-identidade para Micro-identidades?

Segundo Porto (op. cit.) se até os anos 60, o conceito de campesinato foi hegemônico nas análises acerca das populações agrárias no Brasil, a partir dos anos 70, observar-se-ia uma crescente utilização da expressão pequena produção. Concordo com a autora quanto ao fato de tal redirecionamento, associar-se em parte, às transformações políticas do Estado brasileiro em cujo contexto ocorreu a desarticulação de vários movimentos organizados com base numa identidade camponesa. O discurso desenvolvimentista estatal, então, assentava-se, no que tange à questão agrária, naquilo que se convencionou chamar de modernização conservadora. No âmbito dessa modernização e do ponto de vista institucional, ter-se-ia, nos termos da teoria da identidade, um novo par contrastivo: a grande produção e a pequena produção. Os camponeses passam a fazer parte da cena histórica oficial, não mais pela identidade quase mítica (pela grande força unificadora e de gestação que pressupunha) expressa pelo conceito de camponês, mas agora como produtores de baixa renda ou pequena produção.

Outorgava-se então àquele campesinato mais uma dimensão

identitária: a de ser pequeno, num país onde o negócio era ser grande, apesar das pretensões unificadoras: por contingências ideológicas do próprio modelo de desenvolvimento, foram deslanchados vários mecanismos institucionais, (sendo um bom exemplo as agências de financiamento da produção) para classificar os produtores rurais em pequenos, médios e grandes. Dessa forma, a diferença era apenas de tamanho. Todos eram produtores. Para Porto (op. cit.: 79): “No que diz respeito ao caráter propriamente político da questão, pode-se afirmar que o conceito de pequena produção contribuiu para uma relativa despolitização do tema. Sob esse aspecto, não parece haver dúvidas de que ao conceito de campesinato associava-se sobretudo um conteúdo político e ideológico, que se torna profundamente nuançado no conceito de pequena produção”.

Wilkinson (1986) observa que no final dos 70, o conceito de pequeno produtor representava um consenso do sistema de planejamento estatal, onde o setor minifundiário era caracterizado essencialmente como um setor produtivo. Embora a existência do trabalhadores rurais não fosse negada, estes eram na análise e, portanto, nas políticas, separados do próprio setor minifundiário que era prioridade nos programas propostos¹⁰ e que era considerado apenas em termos de unidades de produção. Para o autor, ocorreu uma in-

corporação de certas concepções básicas derivadas dos debates acadêmicos dos 70.

Então, vejamos, como tal noção transita na academia? certamente, não substituindo o conceito de camponês mas articulando-se a ele. Assim em estudos importantes sobre campesinato, nessa década, era comum utilizar-se de um ou de outro termo ou de um pelo outro. Nesse sentido, recorro a uma citação um pouco longa mas exemplar: “A utilização deste trânsito conceitual, que no limite levava à assimilação de um dos conceitos pelo outro, pode ser, por exemplo, encontrada em vários dos trabalhos desenvolvidos já no final da década de 60, no programa de pós-graduação do Museu Nacional (...). Menciona-se a título de exemplo, a introdução que faz Garcia Júnior para o livro originado de sua pesquisa de tese, em 1975, explicitando a problemática por ele privilegiada:

“(...) Na prática, a presente tese é, sobretudo, um estudo de caso de *pequenos produtores* que busca analisar certas determinações básicas ao *trabalho familiar camponês* (...). A tese baseia-se na concepção do *modo de produção camponês* mas não é um estudo do *modo de produção camponês*. O que procuramos fazer foi partir da análise etnográfica das representações e dos modelos de comportamento de *pequenos produtores* determinadas sobre sua prática econômica, para então recons-

• • • • •
 • ¹⁰ Cf. a propósito: *relatório Final do Grupo de Trabalho para Promoção da Agricultura de Baixa Renda*, de 1978 (Wilkinson, op. cit.).

po. Tais análises iam da abordagem da funcionalidade da pequena produção ao capital, passando por aquelas que enfatizavam a subordinação desta ao capital, até as abordagens das questões de integração e de exclusão da pequena produção aos Complexos Agroindustriais (Porto, op. cit.)¹⁶. Observe-se que tais análises tiveram continuidade, sob muitos aspectos e, muitas vezes de forma crítica, em estudos posteriores sobre a agricultura familiar moderna, tipo “*farmer*”, integrada ao mercado, muitas delas focalizando não só a lógica do capital mas procurando encontrar a dialética da relação entre camponeses – em franco processo de transformação social – e a agroindústria¹⁷.

Campesinato nos Novos Movimentos Sociais¹⁸ ou a Legitimação Política da Diferença.

A década de 80 correspondeu a um contexto de redemocratização do país e à retomada da questão agrária, com sua culminância em torno do PNRA, repercutindo na reflexão teórica através de questões relacionadas à estrutura fundiária e à viabilidade econômica de uma

reforma agrária no país. Nesse contexto, observa-se “a diversidade dos processos concretos que o modelo de modernização imprimiu ao campo brasileiro (...) [expressando-se] em demandas e movimentos de caráter mais específico. Por outro lado, o abandono pela via político-institucional da reforma agrária agudiza a eclosão de movimentos sociais, cujos objetivos, mais restritos à realidade imediata dos agentes sociais envolvidos, traduzem-se em processos de fragmentação de demandas e de explicitação de identidades sociais mais específicas, dando lugar à constituição de uma *correspondente multiplicidade de categorias¹⁹ de caráter eminentemente empírico*” (Porto, op. cit.: 83. Grifos meus).

Nos termos de uma reflexão crítica da teoria de identidade contemporânea, ocorreria, então, o que Ruben (op. cit.: 95) denomina de “extrapolação generalizada” que

“consiste em [a teoria] se transformar em base para a argumentação política dos mais diversos grupos sociais (...) permitindo que o movimento da sociedade brasileira seja interpretado como a ação de uma infinita somató-

ria de diversidades empíricas Trata-se de um dos mais formidáveis processos de politização de uma teoria propositalmente dirigida para a compreensão de outras dimensões do social. A participação dos intelectuais que simultaneamente consomem academicamente e divulgam politicamente a moderna teoria da identidade nesse processo será decisiva”.

A teoria da identidade, nesses termos, transforma-se em base para argumentação política dos mais diversos grupos sociais, numa pluralidade de identidades sociais em cena. Havendo, portanto, uma ênfase na necessidade de reconhecimento legítimo da diferença.

Observa-se, então, uma fragmentação na análise que, se por um lado viabiliza uma crítica fundamental aos limites das generalizações, por outro lado, fez com que muitas destas categorias passassem a ser tomadas diretamente do real, não sendo submetidas a mediações analíticas no sentido de conferir-lhes estatuto propriamente teórico. Segundo Porto (op. cit.), a análise, então, parecia estar comprometida menos com a formulação de um conceito sintético e mais com a compreensão dos processos

• • • • •
 • ¹⁶ Quanto à noção de funcionalidade, cf. Sá Jr. (1973); Oliveira (1975) e Martins (apud Porto, op. cit.). Tais análises, em geral, ao focalizarem a pequena produção apenas como rebaixadora do custo de reprodução da mão-de-obra para o capital, não explicitavam a diferenciação que já ocorria no âmbito da modernização e seus processos de diferenciação. Na passagem da década de 70 para a de 80, com a atenção centrada na visão de uma inexorável consolidação dos chamados Complexos Agro-Industriais passa-se da idéia de funcionalidade da pequena produção para a de subordinação desta ao capital, em análises do *novo camponês* (Graziano da Silva, 1982) ou do *trabalhador para o capital* (Wanderley, 1979).

• ¹⁷ Cf. entre outros, Wanderley (1989) e Paulilo (1990).

• ¹⁸ Cf. Scherrer-Warren (1989) quando assim denomina os movimentos sociais no campo, a partir da década de 70.

• ¹⁹ Grzybowski (1985) em sua análise tipológica dos movimentos sociais no campo, retrata essa multiplicidade.

e dos movimentos sociais em curso: os conceitos de campesinato e de pequena produção, portadores de certa dimensão teórica, cedem espaço a categorias empíricas construídas pelos próprios atores sociais, protagonistas das situações às quais estas se referem, como: barrageiros, sem-terra, assentados, etc. e com maior ou menor participação de mediadores como igrejas e organismos governamentais e não-governamentais, sem a necessária mediação analítica na passagem de noção a conceito. Concluí, assim, pela perda relativa de autonomia dos conceitos de campesinato e de pequena produção, no sentido de serem objetos autônomos de reflexão e de pesquisa, entendendo que estes tendem a se inserir progressivamente em um conjunto de outras temáticas e questões²⁰.

Pela minha própria compreensão dessa trajetória, vejo questões novas de continuidade/descontinuidade na definição conceitual daquelas categorias sociais inicialmente identificadas como camponeses e que após serem vistas como pequena produção, assentados, invasores, sem terra, barragei-

ros, etc. reaparecem em cena, sob o rótulo de agricultura familiar ou produção familiar. Nesse sentido, enquanto a análise de Porto (op. cit.) chega até ao ponto de demonstrar tal fragmentação (inegável) entendo, extrapolando esse limite, que o processo de desconstrução/reconstrução identitária a nível conceitual, tem pretensões a uma nova síntese teórica – perceptível a partir do final da década de 80 – recolocando os camponeses – agora como agricultores familiares – como objetos autônomos de reflexão e pesquisa e não exatamente como objetos diluídos em outras temáticas. De que forma, é o que tentarei alinhar a seguir.

Agricultura Familiar: uma Nova Macro-Identidade Política?

“Os técnicos acharam esse nome que se encaixou muito bem...” (Dirigente sindical da FETAESP)²¹

O que significa, ao nível de análise teórica, falar em uma agricultura familiar? em primeiro lugar,

o conceito parece não invalidar os anteriores e sim absorvê-los²². Na verdade, embora literalmente traduzindo um dos aspectos considerados essenciais ao campesinato pelos estudos da década de 70 – o trabalho familiar – a agricultura familiar como conceito parece pretender abarcar os anteriores, considerando a heterogeneidade de formas como faces diversas de um mesmo objeto sociológico. Penso que ao nível teórico, conceitual, aqui se encontra a tentativa de retomar o caráter sintético de que o conceito de camponês fora portador, sendo tal retomada capaz de abranger conotações variadas e ao mesmo tempo denotando uma identidade mais contemporânea de um campesinato que se metamorfoseia em profissão de agricultor, reeditando a part-society nos termos do capitalismo avançado e da reestruturação produtiva, na chamada globalização.

Tomando como referência o caso da França, por exemplo, ali, tal discussão está presente – e em grande medida inspirando autores brasileiros – talvez iniciando-se desde o anúncio de Mendras (1970)



²⁰ Para a autora (Porto, op. cit.), a par da fragmentação, observa-se o delineamento de questões transversais acerca do rural e do urbano, onde identidade social, cidadania, atores sociais, relações de gênero, entre outros, aparecem como conceitos e categorias comuns na análise do urbano e ao rural. Nesse sentido, conceitos como campesinato e pequena produção perdem autonomia.

²¹ Fragmento de fala anotado literalmente por mim, proferida durante Seminário: *O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o papel da Extensão Rural*, na CATI, Campinas-SP, de 22 a 24/05/96, na mesa: *Organização dos Agricultores familiares e sua representação*, no dia 24/05/96.

²² Pensando o caso brasileiro, por exemplo, Maria Nazareth Baudel Wanderley observa que o conceito de agricultura familiar engloba características, traços predominantes da agricultura camponesa, em seu sentido típico clássico e em suas transformações. Reconstroem-se conceitos anteriores, de forma mais abrangente. Permanecem, para a análise algumas dimensões irredutíveis como: a organização do trabalho, predominantemente familiar e a relação com a terra como meio de trabalho e constituição do patrimônio. (Anotação não literal de fala proferida durante debate no evento e mesa citados na nota anterior. Cf. ainda Wanderley (1995): *“Agricultura familiar, um espaço em construção”*).

sobre *La fin des paysans*: a pretensão parece ser a de dar conta principalmente das transformações ocorridas entre um modelo original e um modelo ideal de agricultura familiar, a partir da crise do produtivismo. Para tanto, busca-se construir uma tipologia capaz de expressar tanto mudanças quanto permanências observadas nas populações – originalmente camponesas, em muitos países – como demonstra recente pesquisa de comparação internacional (Lamarque, op. cit.) realizada sobre a questão na França, na Polônia, na Tunísia, no Canadá e no Brasil, com participação de pesquisadores de todos estes países, sob coordenação de pesquisadores franceses. Como instrumento heurístico, esta pesquisa empregou uma metodologia comparativa cruzando dois eixos imaginários: na horizontal, tem-se uma tipologia de agricultura familiar centrada na dependência da família; na vertical, tem-se uma escala que vai da menor à maior dependência do mercado. Formula-se assim, um conceito elástico o bastante para se pensar tanto o camponês – usando uma expressão de Garcia Jr. (1990) – com seu princípio de alternatividade em relação ao mercado, quanto a empresa familiar já bastante vinculada e dependente desse mercado.

Em linhas gerais, segundo Lamarque (op. cit.: 13) isto pode ser traduzido nos seguintes termos:

“Como ponto básico do enfoque de nossa pesquisa, partimos da constata-

ção em comum, independentemente de quais sejam os sistemas sócio-políticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, que em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares ou seja, por explorações das quais a família participa na produção. É forçoso admitir entretanto uma grande diversidade de situações: em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado; em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência; em alguns lugares ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo; em outros, ao contrário, é excluída de todo desenvolvimento, sendo desacreditada e a custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada. Estas situações particulares vinculadas a histórias e contextos sócio-econômicos e políticos diferentes, são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico que é a exploração familiar. *Estamos seguros de que esta heterogeneidade reflete também as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes*”. (Grifos meus).

Conceitualmente, a agricultura familiar não traduz, portanto,

“(…) um grupo social homogêneo (…) que corresponda a uma classe social no sentido marxista do termo (...). A exploração familiar não é portanto um elemento da diversidade, mas contém

nela mesma toda esta diversidade. Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (...). Toda exploração familiar se define ao mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo. Sua capacidade de reprodução deve ser analisada conjuntamente nesses dois níveis. O enfoque tipológico, no sentido clássico do termo, constitui, portanto, um elemento de análise essencial da exploração familiar agrícola” (Ibid. : 18).

A grade de leitura organiza-se então em torno do eixo referido acima que por sua vez é definido pelo grau de integração (no plano técnico-econômico e sócio-cultural) na economia de mercado. Numa extremidade, ter-se-ia o “(...) *o modelo original*” que corresponde ao patrimônio sócio-cultural de que dispõe cada agricultor e sua família e, na outra, o “modelo ideal” ou seja, as escolhas políticas que lhe dizem respeito, efetuadas pela sociedade global. Os agricultores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro” (Ibid.: 19).

Para Lamarque (op. cit.) é fundamental explicitar que não há qualquer determinismo nessa leitura: apesar da predominância evidente de determinadas tendências que configurariam o que se poderia entender nos termos de um evolucionismo, os agricultores fa-

miliares não se encontram presos a um destino inexorável. O que se observa mesmo em países onde o tipo farmer predomina, é a coexistência de diversos modelos de funcionamento que só podem ser compreendidos pelas lógicas que operam nas escolhas fundamentais do agricultor. Tais lógicas – lembrando a tônica dos anos 70-80? – por sua vez, são definidas em relação a um determinado número de sistemas²³.

A essa altura, julgo pertinente referir-me à crítica de Loureiro (In: Paulino et all, op. cit) – que embora tratando-se de uma discussão ainda da década de 80 e portanto antecedendo à pesquisa referida acima parece com ela dialogar – para quem a expressão familiar, (nas análises da agricultura familiar) é identificada imediatamente a não-capitalista sendo, no entanto, que familiar não é uma categoria teórica do mesmo nível de equivalência da categoria capitalista²⁴. Para a autora, embora os estudos sobre agricultura familiar percebam que esta relaciona-se ao capital, “(...) *acabam estabelecendo relações exteriores entre o capital e a produção chamada familiar*” (op. cit. : 121). (Grifos da autora). Para a autora assim como para Lamarche (op. cit.), o chamado setor familiar possui relações complexas e distintas que precisam ser explicitadas. Mas a semelhança entre as duas análises termina aí. Diferentemente de Lamarche (op. cit.),

• • • • •

para Loureiro (op. cit.: 122) a expressão agricultura familiar “(...) pode conter classes sociais distintas: um campesinato em mudança (...), e inclusive uma pequena burguesia rural em constituição. Essa não me parece ser uma mera distinção nominal ou acadêmica. Porque pensar parcela do chamado setor familiar como pequena burguesia significa ver as relações sociais que aí surgem não como exteriores ao capital *mas relações entre frações do capital* (...). Portanto, se o chamado setor familiar pode conter internamente camponeses em processo de proletarização e pequenos burgueses, pode-se ver diferentemente vários problemas (...)”. Concordando quanto à necessidade um maior rigor teórico na análise de uma categoria que abrange tamanha diversificação penso, por outro lado, que recorrer a termos como pequena burguesia para a análise das populações agrárias em questão, via de regra, têm servido mais para escamotear que para elucidar relações, assim como não é exercício simples, definir nível de acumulação entre agricultores familiares, estes vistos como frações do capital. A necessidade de maior rigor teórico é necessária, inclusive para fugir de armadilhas explicativas como estas.

No Brasil, alguns pressupostos são indispensáveis para se delinear a questão da reconstrução con-

ceitual que se opera nos termos da presente discussão. Parece-me que um ponto de partida interessante encontra-se nas evidências, mesmas, das consequências da modernidade na agricultura brasileira, principalmente quanto à constatação da incapacidade integradora do modelo brasileiro, onde o CAI integrou uma parcela muito pequena de agricultores e a comparação com outros países onde o agricultor tipo farmer viabilizou-se, em muitos casos, como base do desenvolvimento agrícola. Nesse sentido, Wanderley (1995) pensa a agricultura familiar no Brasil como “um espaço em construção”, partindo da referida pesquisa de comparação internacional, pela qual pode-se observar, segundo a autora, que se em diversos países modernos, a agricultura familiar foi incentivada (como no caso da França), ou mesmo tolerada (como em alguns países coletivistas), no Brasil ela tem sido, historicamente “bloqueada”.

Como esta noção, no Brasil, vai-se transformando em um conceito que, a meu ver tem pretensões sintéticas? creio que algumas análises²⁵ – notadamente comprometidas com o pressuposto de que a história social da agricultura passa pela compreensão da dialética que se estabelece entre permanências e mudanças observadas nas populações agrárias – buscam compreender como se dá no país,

• • • • •
²³ Sendo estes: sistemas de produção; sistema fundiário; sistema familiar; sistema de valores; sistema de representações. (Lamarche, op. cit.).

• • • • •
²⁴ Mais recentemente, Germer (1996), formula uma crítica à agricultura familiar como conceito teórico, quando denuncia uma irrelevância prática dessa categoria para o emprego agrícola.

• • • • •
²⁵ Abramovay (op. cit.); Lamarche (op. cit.); Wanderley (1995).

mais recentemente, a coexistência de uma produção familiar tecnificada e de outras formas mais próximas de um tipo ideal camponês. Ou seja, aqui não se observa de forma tão determinante, como em alguns outros países o que se reflete, a nível da análise, como uma trajetória que vai “de camponeses a agricultores” (Abramovay, op. cit.). Muito mais que uma simples visão evolucionista desse processo, vejo tais análises como tentativas de compreender permanências e transformações, em torno de um eixo comum: a notável importância do trabalho familiar na agricultura brasileira²⁶ e as relações subjacentes.

Algumas análises estão claramente comprometidas com a elaboração de programas de desenvolvimento. Um exemplo importante é a análise de Veiga (1994) que fundamenta o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)²⁷. Veiga (op. cit.) analisa a agricultura brasileira com base em dois modelos – o que em nossos termos pode ser traduzido como duas identidades contrastivas: um modelo patronal e um modelo familiar. A marca, no primeiro, seriam a completa separação entre gestão e trabalho; a organização centralizada; ênfase

na especialização; ênfase em práticas agrícolas padronizáveis; trabalho assalariado predominante; tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno e de momento. Já o segundo modelo caracteriza-se por: trabalho e gestão intimamente relacionados; direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários; ênfase na diversificação; ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; trabalho assalariado complementar; decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Veiga (op. cit.), por um lado, expressa uma clara opção pela agricultura familiar: “O ponto de partida é a certeza de que a promoção da agricultura familiar, como linha estratégica de desenvolvimento rural é muito vantajosa para a sociedade brasileira. tal experiência se baseia, de um lado, nas experiências históricas de nações mais avançadas e, por outro, na avaliação comparativa do “bimodalismo” existente no Brasil (...). E é essa avaliação comparativa que merece mais atenção nesta proposta, uma vez que a experiência histórica do mundo desenvolvido já está fartamente documentada em diversas publicações científicas

disponíveis”. Por outro lado, no entanto, observa-se aqui, diferentemente do que se encontra em Lamarche (op. cit.), uma perspectiva evolucionista, a ênfase num quase “efeito-orloff”. É justamente aí que a análise de Veiga (p. cit.) parece-me encompassada por uma perspectiva desenvolvimentista, cuja conseqüência é o estabelecimento de uma tipologia na agricultura familiar: familiar consolidada; de transição; periférica. Aquela parcela considerada de transição deve ser o público alvo das políticas públicas. A opção portanto, parece ficar prisioneira de um determinismo que, se por um lado revela tendências inegáveis, por outro, fica com uma perspectiva limitada, fruto de uma visão de inexorabilidade das transformações numa única direção.

A par desse debate teórico em torno da agricultura familiar, como o processo vem-se desenvolvendo entre os sujeitos nominados? não realizei um trabalho de campo para responder a estas questões. O que tenho ao alcance dos meus comentários são elementos dos discursos de lideranças de entidades sindicais como a CONTAG/CUT e do Movimento Sem Terra, onde já transparece uma certa substantivação do termo, que talvez ganhe

• • • • •

²⁶ Como demonstram Bergamasco e Kageyama (1990).

²⁷ O PRONAF “é um programa de estímulo ao Desenvolvimento Rural, do governo Federal em parceria com os estados e municípios, coordenados pelo MAARA, que tem por base o fortalecimento da Agricultura Familiar e objetiva apoiar técnica e financeiramente os planos municipais que demonstrem opção clara pelos agricultores familiares que residam em aglomerados rurais ou urbanos próximos” (PRONAF, Manual Operacional. Documento para discussão. MAARA/SDR/DATER. Março de 1996). A proposta do PRONAF fundamenta-se no Projeto UTF/BRA/036/BRA que gerou as *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável* elaboradas via convênio FAO/INCRA que, por sua vez, tem como um de seus substratos importantes o relatório: *A opção pela Agricultura Familiar* (Veiga, op. cit.).

da dispersa: política de preços, etc. mas um conjunto de demandas. *Pode estar se construindo uma nova identidade política* capaz de alimentar lutas numa disputa política árdua não apenas demandando políticas mas colocando-se em cena constituindo *uma nova identidade, gestada, inclusive no interior do movimento, a partir de uma grande diversidade*. Transição da limitação de um segmento para a construção desse segmento como força política (Grifos meus).

Parece haver uma franca tendência a uma consubstancialização do termo agricultura familiar como uma nova síntese para cuja construção concorrem imagens institucionais, conceitos, e a própria linguagem das entidades, capaz de abrigar uma diversidade grande de segmentos das populações agrárias no Brasil. Isto não significa dizer que tal síntese reúna diferentes discursos e concepções, sem contradições ou sem tensões. Isto ficou, em parte, demonstrado com o debate referido páginas atrás entre concepções teóricas, ficando por aprofundar os diferentes discursos: teórico, aqui abordado em voo rasante; o do próprio movimento e o do Estado aqui apenas enunciados que concorrem para tal. Além do quê, apenas através de pesquisa de campo poder-se-ia apurar empiricamente algo acerca dessas representações junto às populações agrárias. Tais desdobramentos, que podem ser vistos como elementos de uma agenda de pesquisa a partir da problemática aqui enunciada, evidentemente, extrapolam, em muito as

pretensões e limites deste ensaio.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. *De camponeses a agricultores*: paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: UNICAMP, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Campinas, 1990.
- _____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC. 1992.
- BRANDÃO, C. R. In: PAULINO, A. Y. et all. Revisão Crítica da produção sociológica voltada para a agricultura. SEMINÁRIO REVISÃO CRÍTICA... ANAIS. São Paulo: ASES/CEBRAP: 1984.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio. 1964.
- CASTRO, H. M. *Ao sul da história*: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.. 1976.
- CAVALCANTI, J. S. B. *A pequena produção e as Ciências Sociais nos anos 80* (s.n.t.)
- _____. Teoria sociológica e agricultura: tendências e desafios. *Cadernos de Sociologia Número Especial* (Natureza, História e Cultura. Repensando o Social). Porto Alegre: UFRGS/SBS. 1993
- CHIARINI, A. M. *Imigrantes e italiani all'estero*: os diferentes caminhos da italianidade em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP. 1992.
- DUQUE-ARRZOLA, L.S. *A condição camponesa*: aparência e realidade no capitalismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande: UFPB. 1985.
- FAO/INCRA *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*: versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRAS/036. FAO. 1994.
- FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática. 1979.
- GARCIA Jr., A. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983
- _____. *Sul: o caminho do roçado*: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Rio de Janeiro/Brasília: Marco Zero/CNPq. 1989.
- GERMER, K. *A irrelevância prática da agricultura "familiar" para o emprego agrícola*. Campinas. 1996. Mimeo.
- GODOI, E. P. *O trabalho da memória*: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí. Dissertação de Mestrado (Antropologia), Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP. 1993.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalha-

- dores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.
- GRZIBOWSKY, C. *Caminhos e des-caminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes. 1985.
- LAMARCHE, H. (org.) *Produção familiar*. Campinas: UNICAMP. 1993
- _____ *L'agriculture familiale: du mythe à la réalité*. Paris: LHarmattan. 1994.
- LOUREIRO, M. R.. In: PAULINO, A. Y. et all. Revisão Crítica da produção sociológica voltada para a agricultura. SEMINÁRIO REVISÃO CRÍTICA... ANAIS. São Paulo: ASEP/CEBRAP: 1984.
- MAARA/SDR/DATER. *PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Manual Operacional. 1996.
- MENDRAS, H. *La fin des paysans*. . Paris: Librairie Armand Colin. 1970.
- MUSUMECI, L. *O mito da terra liberata*: São Paulo: Vértice/ ANPOCS. 1988
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- PALÁCIOS, G. Campesinato e historiografia no Brasil; comentários sobre algumas obras notáveis. *BIB/ANPOCS*, Rio de Janeiro, (35) : 41-57, 1993.
- PALMEIRA, M. In: PAULINO, A. Y. et all. Revisão Crítica da produção sociológica voltada para a agricultura. SEMINÁRIO REVISÃO CRÍTICA... ANAIS. São Paulo: ASEP/CEBRAP: 1984.
- PEREIRA DE QUEIRÓZ, M. I. *Campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes. 1973
- PORTO, M. G. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. *Cadernos de Sociologia* 6. Porto Alegre: UFRGS. 1994.
- RUBEN, R. G. Teoria da identidade: uma crítica. In: *Anuário Antropológico*. Brasília: Tempo Brasileiro. 1986.
- _____ A teoria da identidade na antropologia: um exercício de etnografia do pensamento moderno. In: Correia, M. e Laraia, R. *Homenagem a Roberto Cardoso de Oliveira*. Campinas: IFCH. UNICAMP, 1992.
- SANTOS, J. V. T. *Matuchos: exclusão e luta*; do sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes. 1993.
- SCHERRER-WARREN, I. O que há de "novo" nos movimentos sociais no campo? In: *Tema Rurais: movimentos sociais e desenvolvimento*. Recife: RECANE/ Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro. V.2, nº 4, mai./ ago. 1989.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. In: *ESTUDOS CEBRAP* 26. São Paulo. 1976.
- TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *camponeses e criadores na formação social da miséria em Porto da Folha no Sertão de São Francisco (1820-1920)*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFF. 1981.
- THOMPSON, E. *A miséria da teoria* ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.
- VEIGA, J. E *A opção pela agricultura familiar*: propostas de políticas públicas. 1994. Mimeo.
- WANDERLEY, M. N. B. *Camponês: um trabalhador para o capital*. UNICAMP: Campinas. Mimeo. 1988
- _____ *Trajatória social e projeto de autonomia*: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo. Campinas. UNICAMP, 1989. (Cadernos do IFCH, 19).
- _____ *A agricultura familiar no Brasil*: um espaço em construção. Campinas. 1995. Mimeo.
- WILKSON, J. *O Estado, agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: HUCITE. 1986.
- WOORTMANN, E. O sitio camponês. *Anuário Antropológico*/81. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1983.
- _____ Parentesco e reprodução social. *Ciências Sociais Hoje*/ 85. São Paulo: Cortez/ ANPOCS. 1985.
- _____ *Herdeiros, parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo/Brasília: HUCITEC/EDUMB, 1995.
- WOORTMANN, K. Reconsiderando o parentesco. *Anuário Antropológico*/87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1977.
- _____ Com parente não se neguecia. *Anuário Antropológico*/87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1988.